

ANO XXIV N. 118 14/7/2026

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

[Instrução Normativa GP n. 166, 24 de junho de 2026](#)

Revoga a Instrução Normativa GP n. 77, de 24 de março de 2022.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 13/7/2026, p. 3-4)

[Resolução Administrativa n. 147, de 10 de julho de 2026](#)

Aprova o Ato Regimental GP n. 49, de 10 de julho de 2026, que altera o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 13/7/2026, p. 5-6)

[Ato Regimental GP n. 49, de 10 de julho de 2026](#)

Altera o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 13/7/2026, p. 5-6)

[Resolução Administrativa n.148, de 10 de julho de 2026](#)

Aprova o Ato Regimental GP n. 50, de 10 de julho de 2026, que altera o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, nos termos do Parecer CRI n. 7/2026.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 13/7/2026, p. 6-8)

[Ato Regimental GP n. 50, de 10 de julho de 2026](#)

Altera o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 13/7/2026, p. 7-8)

[Resolução Administrativa n.149, de 10 de julho de 2026](#)

Aprova a Instrução Normativa Conjunta GP/G2VP/GCR/GVCR n. 168, de 10 de julho de 2026, que regulamenta o processo de vitaliciamento dos juízes substitutos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região empossados a partir de 10 de novembro de 2025.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 13/7/2026, p. 8)

[Instrução Normativa Conjunta GP/G2VP/GCR/GVCR n. 168, de 10 de julho de 2026](#)

Regulamenta o processo de vitaliciamento dos juízes substitutos do Tribunal Regional do

Trabalho da 3ª Região empossados a partir de 10 de novembro de 2025.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 13/7/2026, p. 5)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[Resolução n. 689, de 8 de julho de 2026](#)

Acrescenta dispositivos à Resolução n. 547/2024, que institui medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário, a partir do julgamento do tema 1184 da repercussão geral pelo STF.

(DJe/CNJ 14/7/2026, p. 2-3)

[Resolução n. 691, de 8 de julho de 2026](#)

Dispõe sobre a classificação das Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas (PJNP) por eixos temáticos estruturantes; revoga a Resolução CNJ n. 296/2019 e estabelece que as atribuições das Comissões Permanentes serão tratadas no âmbito da respectiva PJNP.

(DJe/CNJ 14/7/2026, p. 2-3)

[Provimento n. 239 de 13 de julho de 2026](#)

Regulamenta, em âmbito nacional, a conversão em pecúnia, a apuração e o pagamento dos passivos funcionais decorrentes da licença-prêmio por tempo de serviço devida aos magistrados, e dá outras providências.

(DJe/CNJ 14/7/2026, p. 13-14)